

ESTADO DE SÃO PAULO

# *Um jogo palaciano contra o Brasil*

Por muito menos do que está acontecendo com o dr. Dilson Funaro, o ministro João Sayad renunciou. Decidiu fazê-lo ao sentir que as mordazes observações sobre o plano de estabilização da economia que apresentaria ao presidente da República eram sinal claro de que havia caído em desgraça. E quando essas coisas ocorrem, nem o rei nem os amigos dele têm a delicadeza de comunicar o fato aos desafortunados. Com isso, o rei e os áulicos pouparam-se os dissabores de ter de explicar por que não querem mais a colaboração daqueles que até ontem eram bons; é mais confortável soltar farpas aqui e ali, disseminar rumores pela imprensa, construir armadilhas, do que assumir responsabilidades.

O ministro Sayad suportou pouco esse clima deletério e preferiu ir-se embora, ainda que o presidente tenha pretendido conservá-lo em uma embaixada tecnicamente não disponível. O ministro Funaro, pelo contrário, parece acreditar que seu destino será diferente. Insistindo em desconhecer o verdadeiro sentido das informações que são produzidas no Planalto, aferra-se ao cargo, seguramente certo de que no momento em que se der o acerto final de contas entre o presidente e o procônsul Guimarães e a esquerda do PMDB, a situação terá evoluído de tal maneira que a "soberania" não permitirá ao sr. José Sarney demitir seu ministro. O ministro Funaro joga, pois, na possibilidade — que considera certa — de a coliga da Unicamp e o governo paralelo poderem encilhar o presidente.

Apenas essa hipótese explica por que o empresário Funaro está engolindo sapo há algum tempo. O primeiro, de bom tamanho, foi a reunião de Itatiba. Que tenha sido mero churrasco — servindo para que o presidente conhecesse as posições de alguns empresários contra os quais tem suspeitas de não-adesão política — e não uma reunião produtiva, pouco importa; para quem se considera responsável pela política econômica do País, foi uma *capitis diminutio*. O segundo batráquio, que era girino até poucos dias e hoje é um sapo-bola, foi o anúncio do plano. Nunca, desde as intrigas palacianas nas cortes renascentistas ou dos Romanov, se viu ajuntar peças de modo a comprometer de tal forma um ministro: 1 — o presidente recebeu no Alvorada desafetos dos assessores do sr. Funaro e a eles pediu um plano alternativo; 2 — a notícia, inicialmente quase sem repercussão, depois se torna a notícia por excelência; 3 — apanhado de surpresa, o sr. Dilson Funaro absorve o golpe e passa

recibo: os srs. Péricio Arida e Lara Resende estão de fato fazendo o plano, assim como seus auxiliares Beluzzo e Cardoso de Mello; 4 — neste ponto, os convivas do presidente desmentem a atribuição — e o plano se transforma em *coleta de informações administradas pelo genro do presidente*, que busca o concurso de todos os setores da administração pública; 5 — finalmente, o presidente diz que o plano existe e que está sendo elaborado por todos os talentos de que o Brasil dispõe.

O ministro Funaro tem extraordinária capacidade digestiva. Seu remédio predileto tem sido sempre o PMDB — e a ele tem recorrido com extraordinária frequência, esperando que o procônsul Guimarães e seus seguidores defendam sua permanência no Ministério da Fazenda como condição de salvação nacional diante da "conspiração" que está sendo montada no Exterior com a cumplicidade do silêncio da imprensa brasileira sobre a moratória. Resta saber, porém, até que ponto as virtudes mágicas da farmácia alopática do sr. Ulysses Guimarães poderão sustentá-lo, quando se inicia a segunda fase da campanha contra ele. Desta feita, não mais no estilo dos Romanov, mas no mais puro estilo soviético (pré-Gorbachev, bem entendido).

Causa espanto saber que o sr. Dilson Funaro foi contra o Plano Cruzado quando os que ele ajudou a perder o poder o propuseram. Se assim foi, no *Dies irae* isso será lembrado contra ele: *Nemico della patria!* Depois, começa-se a dar importância ao fato de o ministro ser contra o congelamento de preços, convertido à doutrina do mercado: *Empresário, nemico della patria*, dirão quando subir ao cadafalso. Para completar o quadro da intriga, agora se divulga que no Alvorada, numa suave tertúlia planaltina, o presidente da República lembrou a seu ministro da Fazenda que ele fora contrário à decretação da moratória em 1985 (quando as reservas estavam em bom nível) — tendo aconselhado o presidente a esperar algum tempo. Com isso se monta, no mais puro estilo dos Romanov ou de Stalin, uma conspiração contra Funaro — vinda de centros de decisão muito próximos dele. Uma conspiração de cuja ata de acusação constam dois crimes contra a "soberania" e a "opção pelos pobres": ter-se oposto à moratória e ter sido contrário ao Plano Cruzado.

Apenas o ministro, apegado a seu cargo e talvez imbuído do sentido de missão, não percebe que dia a dia, na corte dos Romanov, se criam condições para

desmoralizá-lo. Todo o Brasil começa a tomar consciência do que ocorre — e o faz dominado por um sentimento de estupor, pois enquanto se diz levianamente que Funaro teve posições antipartido, a economia brasileira vai indo para o fundo do abismo.

Esse é o aspecto mais grave da situação, que vai ganhando corpo à medida que os prazos se vão vencendo no Exterior. Não há palavras suaves do sr. Grossi que sejam capazes de mascarar a verdade: os banqueiros internacionais não estão afeitos a engolir sapos como o ministro Funaro. Poderão tudo fazer para dar a impressão de que não querem colocar o Brasil contra a parede, mas serão firmes na defesa de seus interesses. Tão firmes que, apesar de o presidente Sarney dizer *não*, mil vezes *não* à recessão, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central são levados a atestar ao Comitê dos Bancos que a economia brasileira está em processo de desaquecimento da demanda, o que credencia o País a receber dinheiro novo. Isso é pouco para a comunidade financeira internacional; se o ministro desejassem saber o que ela pensa, bastaria meditar sobre as palavras do presidente do Banco Mundial, voltando a recomendar com insistência que o Brasil deve ter um plano sério para resolver sua situação econômica.

Ora, como é possível a este governo elaborar um plano sério, se no Planalto se brinca de gato-e-rato com o ministro da Fazenda, desejando-se que ele peça a demissão que o presidente não se sente com decisão de determinar? Nada poderia ser pior para o País, que necessita de definições para que os empresários possam planejar, fazer investimentos, saber em suma como trabalhar, do que esse estado de indecisão: o presidente estima o ministro da Fazenda, julga que ele já deu sua cota de sacrifícios à Nação, mas, por uma questão de amizade, não toma nenhuma decisão; o ministro, por sua vez, julga que ainda tem muito que dar ao Brasil, além de ter a firme convicção de que se conspira contra ele. Nesse autêntico *quid pro quo*, nada se decide. A menos que o presidente da República, para decidir sem magoar, resolva reunir todas as "inteligências" que pensam diferentes do ministro (talvez o convidando para uma assessoria especial) e decida lançar o plano milagroso, única forma capaz de contentar os banqueiros internacionais e abrir o caminho para um entendimento franco capaz de aliviar a situação cambial do Brasil.